

Relatório Anual de Informação



2010

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva apresenta o Relatório Anual de Informações do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-PR e da CAA/PR relativo ao exercício de 2010, consolidando as principais informações do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA.

Neste Relatório, além de outras informações, os participantes encontrarão as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2010, o Parecer Atuarial do Plano PBPA, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Manifestação do Conselho Deliberativo e informações referentes à Política de Investimentos, os custos de gestão e o desempenho dos investimentos.

Este Relatório Anual de Informações está de conformidade com a Resolução CGPC nº 23/06, publicada pela Secretaria de Previdência Complementar.

HISTÓRICO

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-PR e da CAA/PR, autorizado a funcionar pela Portaria nº 665/DAT/SPC/MPS de 11 de setembro de 2006, iniciou suas atividades a partir de novembro de 2006 e atualmente administra o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA.

A partir da Emenda Constitucional nº 20/98 e da Lei Complementar nº 109/01 que reformularam a Previdência Complementar no Brasil e a Resolução CGPC nº12/02 que permitiu que as Entidades Profissionais, Classistas e Setoriais instituíssem Planos de Previdência Complementar para seus associados, a OAB-PR e a CAA/PR, com autorização do Conselho Federal, criou a OABPrev-PR para substituir o IASAPAR, estendendo a todos os Advogados paranaenses e seus dependentes as vantagens de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, garantindo desta forma um futuro seguro e tranquilo para os Advogados e seus familiares.

MENSAGEM DA DIRETORIA

As atividades da OABPrev-PR em 2010 foram direcionadas com base no tema Educação Previdenciária. A Entidade dedicou esforços na divulgação de informações e realização de ações que contribuíram para o fortalecimento da cultura voltada à disseminação da previdência complementar entre os advogados.

Com base em tal missão, a OABPrev-PR focou sua atuação na divulgação do Plano de Previdência junto às Subseções da OAB em todo o Estado, com a intenção de reunir os advogados e seus beneficiários para transmitir-lhes os conhecimentos básicos e necessários sobre as vantagens do Plano de Benefícios Previdenciários oferecidos por nossa Entidade.

Foram feitas apresentações em 22 Subseções, com reuniões organizadas e acompanhadas por mais de 20 pessoas em cada evento, com intensa colaboração dos Presidentes das Subseções da OAB e dos delegados da Caixa de Assistência.

O resultado dessa atuação pode ser constatado nas mais de 1.500 novas adesões registradas no decorrer do ano, sendo que boa parte delas vieram da iniciativa da OABPrev-PR em ir ao encontro dos advogados nas suas cidades.

Nossa entidade também esteve presente nas Sociedades de Advogados. O trabalho possibilitou que os Escritórios de Advocacia do Paraná pudessem formalizar parcerias com a Entidade para vincular os sócios e associados ao plano de previdência da OAB Paraná, o que se revela de extrema vantagem não só ao participante, mas também se traduz numa política de retenção de talentos ao Escritório.

Merece também destacar o grande número de aportes e de portabilidades vertidas em favor da OABPrev-PR, o que revela o grau de confiança que a nossa Entidade atingiu que, certamente, é fruto do apoio institucional advindo de da OAB e da Caixa de Assistência.

Os números de nossa Entidade refletem que o trabalho surtiu o efeito esperado. Para o ano 2011, o foco da Entidade continuará na formação da cultura previdenciária entre os profissionais vinculados à OAB-PR. Além disso, também estaremos focados no incentivo ao participante sobre a importância da revisão do valor de sua contribuição, sempre visando à melhoria de seu benefício previdenciário futuro.

PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2010

- ✚ A OABPrev-PR começou 2010 com 4.750 participantes. No decorrer do ano houve 1.547 novas adesões, 171 resgates, 2 portabilidades de saída e 6 concessões de benefícios. O ano terminou com 6.118 participantes vinculados à OABPrev-PR.
- ✚ Em fevereiro a OABPrev-PR iniciou uma nova ação de divulgação do fundo de pensão nas sociedades de advogados do Paraná. Em resposta a iniciativa, no mês de março um dos maiores escritórios de advogados do estado formalizou convênio com a entidade. O

objetivo da proposta foi o de possibilitar que os advogados possam participar de um plano de previdência seguro e as Sociedades possam assegurar um processo de retenção de valores e uma segurança financeira a seus sócios e associados no futuro.

- ✚ A OABPrev-PR iniciou em maio o processo eleitoral para escolha dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A eleição foi realizada entre os dias 21 e 23 de junho, num processo totalmente eletrônico, no qual os candidatos receberam votos diretamente pelo site da Entidade.

- ✚ Para o Conselho Deliberativo foram eleitos como membros titulares Eduardo Ventura Medeiros e José Manuel Justo da Silva. Como membros suplentes foram eleitos Régis Marcelino Castamann e Iuri Ferrari Cocicov. Já para o Conselho Fiscal foi eleita como membro titular Joanilda Braga de Souza e como membro suplente Rodrigo Caxambu de Almeida. Ao todo 636 eleitores participaram da votação. O número total de votos ficou em 1618, sendo que 992 votos foram para os candidatos ao Conselho Deliberativo e 626 para os candidatos ao Conselho Fiscal.

- ✚ A OABPrev-PR iniciou em julho a Campanha Top com a intenção de percorrer todas as Subseções do Paraná para divulgar o Plano de Benefícios Previdenciários da OAB – PR. A ação se deu em encontros nos quais os advogados puderam participar de uma apresentação sobre todas as vantagens oferecidas pela OABPrev-PR. Como resultado vários advogados aderiram ao fundo de pensão após participarem das palestras. As subseções visitadas a partir de julho foram: Pitanga, Campo Mourão, Goioerê, Cascavel, Toledo, Laranjeiras do Sul, Rio Negro, Lapa, União da Vitória, Apucarana, Paranaguá, Araucária, Guaíra, Iporã, Paranaíba, Loanda, Cianorte, Guarapuava, Medianeira.

- ✚ Em agosto a OABPrev-PR lançou seu primeiro vídeo institucional. O material é parte das novas estratégias adotadas pela entidade para divulgação e passou a ser usado em eventos promovidos pela OABPrev-PR, além de estar disponível no site do fundo de previdência.

GESTÃO PREVIDENCIAL

INSTITUIDORES

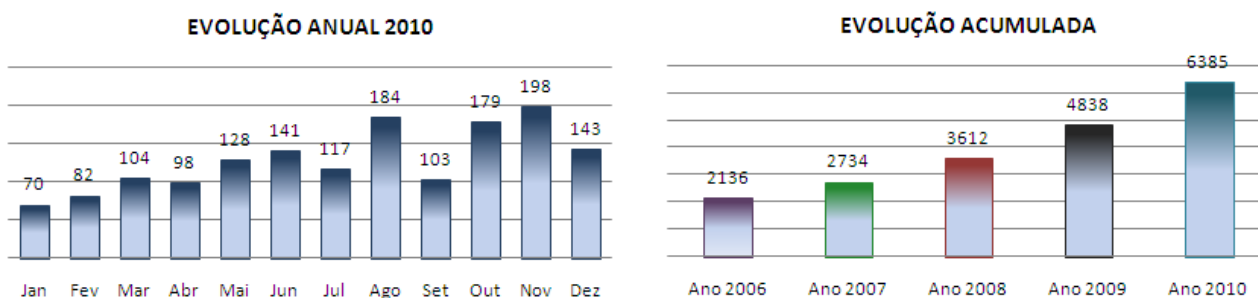
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ – OAB-PR

PARTICIPANTES ATIVOS

A base cadastral do Plano de Benefícios apresentou **6.118** participantes ativos, incluindo-se nesse número os participantes cujos planos foram cancelados, mas que não exerceram o direito aos Institutos Resgate, Portabilidade ou Benefício Proporcional Diferido.

RELATÓRIO PREVIDENCIAL	
Descrição	Quantidade Jan a Dez/2010
Participantes 2009	4.750
Adesões em 2010	1.547
Resgates	(171)
Concessão de Benefícios	(6)
Portabilidade	(2)
Participantes 2010	6.118

EVOLUÇÃO DO QUADRO ASSOCIATIVO



PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 2010 foram concedidos 02 benefícios de Aposentadoria Programada, 07 benefícios de Pensão por Morte e foi finalizado um benefício através pagamento a herdeiros legais de saldo remanescente de conta individual por falecimento de beneficiário.

No final do exercício, a Entidade contava com 05 Aposentadorias Programadas, 01 Aposentadoria por Invalidez e 20 benefícios de pensão por Morte.

AValiação Atuarial

1. Objetivo

A presente Avaliação Atuarial tem como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial em 31/12/2010 e dimensionar as Provisões Matemáticas do **Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA**, administrado pelo **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná – OABPrev-PR**. Com base em tais informações e com o Ativo Líquido informado pela Entidade, foi apurado o resultado técnico do plano.

Foi avaliada complementarmente a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas e os resultados do Programa Administrativo da Entidade, bem como apresentadas as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial do plano de benefícios em análise. Para tanto, consideraram-se os parâmetros técnico-atuariais estabelecidos pela Resolução CGPC n.º 18 de 28 de março de 2006.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida considerando suas características financeiras e demográficas, bem como, hipóteses e premissas financeiras e atuariais, devendo ser objeto de análise e discussão entre Instituidores e Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

O presente relatório apresenta a seguinte estrutura de itens a serem abordados:

- Base Cadastral;
- Hipóteses Atuariais;
- Regime Financeiro e Métodos de Financiamento;
- Provisões Matemáticas;
- Resultados da Avaliação Atuarial;
- Anexo I – Parecer Atuarial Consolidado; e
- Anexo II – Demonstrativo Contábil das Provisões Matemáticas.

2. Base Cadastral

2.1 Referência dos Dados cadastrais

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético pela **STOCK & INFO**, com data-base em 31/12/2010, em formato “xls”, e foram objetos de análise e testes de consistências. Os resumos dos resultados apurados estão descritos abaixo. As estatísticas referentes à população coberta pelo plano seguirão ao final do presente capítulo.

2.2 Validação dos Dados

A base cadastral foi fornecida, no layout solicitado, pela **STOCK & INFO** em arquivos eletrônicos. Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a avaliação atuarial referente ao exercício financeiro de 2010.

Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela **Data A Contabilidade**.

2.3 Consolidado Estatístico

2.3.1 Estatísticas Gerais – Participantes Ativos

Item	2009	2010
Nº de Participantes*	4.336	5.383
Idade Média (anos)	35,67	35,31
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	1,59	2,06
Contribuição Básica Média	R\$ 140,72	R\$ 149,67
Saldo Individual Médio	R\$ 6.870,28	R\$ 7.692,87

(*) Valores não contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade vem continuamente aumentando o nº de participantes ativos. Isto demonstra a efetividade nos programas de angariação de novos participantes, uma vez que se depreende que aderiram ao plano uma média de 82,54 participantes por mês, entre 12/2008 e 12/2010, já considerando aqueles que se desligaram entre estas datas.

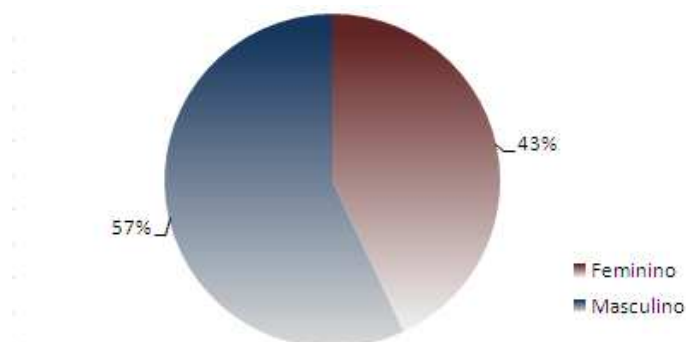
2.3.2 Estatísticas Gerais – Assistidos

Item	2009	2010
Nº de Participantes	03	06
Idade Média (anos)	68	64
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	2,4	3,3
Benefício Médio	R\$ 727,06	R\$ 818,31
Saldo Individual Médio	R\$ 107.792,37	R\$ 130.476,30

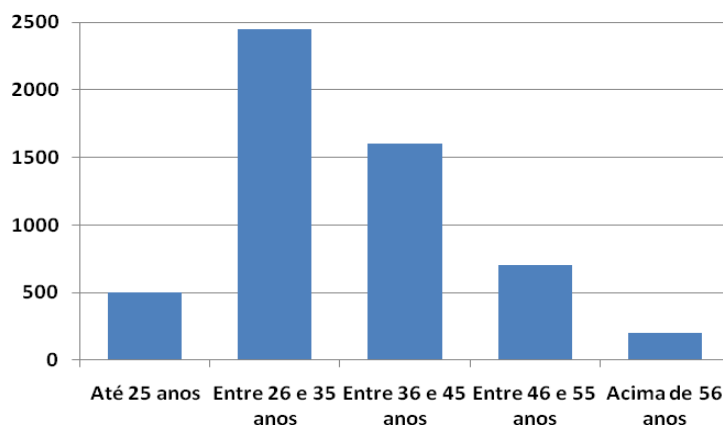
2.3.3 Estatísticas Gerais – Pensionistas

Item	2009	2010
Nº de Pensionistas	18	20
Idade Média (anos)	32,33	35,50
Benefício Médio	R\$ 567,28	R\$ 626,18
Saldo Individual Médio	R\$ 95.662,33	R\$ 105.442,28

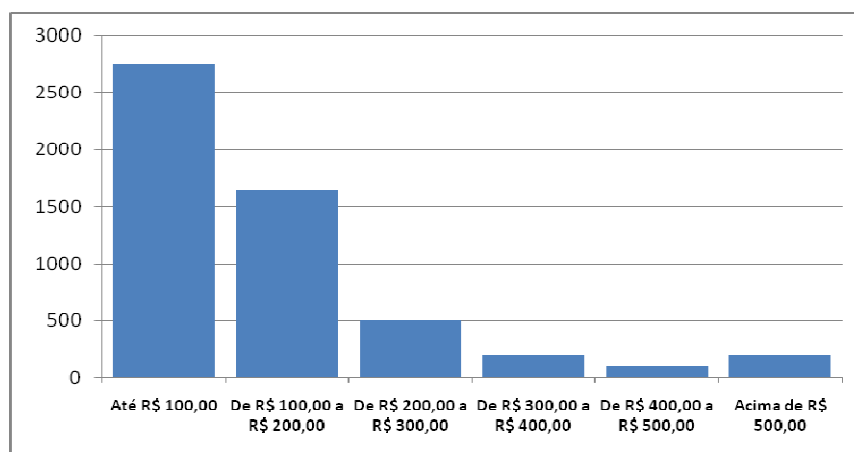
2.3.4 Estatísticas Gerais – Participantes Ativos por Sexo



2.3.5 Estatísticas Gerais – Participantes Ativos por Faixa Etária



2.3.6 Estatísticas Gerais – Participantes Ativos por Faixa de Contribuição



3. Hipóteses Atuariais

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O Anexo da Resolução CGPC n.º 18 de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Data A Consultoria indicou a manutenção das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA, através do *Relatório de Hipóteses Atuariais*. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da Entidade quanto às referidas hipóteses para que pudéssemos adotá-las na presente avaliação.

Sendo assim, seguem abaixo as premissas adotadas para a Avaliação Atuarial de 2010, passando a vigorar a partir do exercício de abril/2011, e que serão apresentadas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

- a) Taxa de Juros: 5,00% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT – 83; e,
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT – 83.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de

benefícios junto a seus participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. As hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

5. Regime Financeiro e Método de Financiamento

Adota-se para as avaliações atuariais do PBPA o regime financeiro de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira Individual, sob o qual serão constituídas as Provisões Matemáticas individualmente para os Participantes, sendo as mesmas equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Individual, acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida – CD, os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Assim, não há garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção dos benefícios, sendo adotada uma taxa de juros como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial teórico como ferramenta para mensurar a rentabilidade dos recursos garantidores.

A taxa de juros, estimada como rentabilidade real, é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme exposto no capítulo acima.

5. Provisões Matemáticas

Em atenção ao novo Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, esta consultoria elaborou um quadro que contém todas as contas correspondentes aos aspectos que envolvem a parte de reservas e fundos do plano de benefícios em análise, o qual consta do **ANEXO II** do presente documento.

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das provisões matemáticas do Plano de Benefícios **PBPA** em 31/12/2009, para fins de comparação, e 31/12/2010, data base da presente avaliação atuarial:

EXERCÍCIO FINANCEIRO	2009	2010
ATIVO LÍQUIDO	R\$ 32.813.874,61	R\$ 45.316.155,52
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 32.813.874,61	R\$ 45.316.155,52
Benefícios Concedidos *	R\$ 2.045.299,05	R\$ 2.891.703,32
Benefícios a Conceder	R\$ 30.768.575,56	R\$ 42.424.452,20
Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Déficit Equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO REALIZADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Revisão do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(*) Considera os participantes cancelados aguardando resgate.

6. Resultados da Avaliação Atuarial

6.1 Resultado Atuarial

A situação atuarial do plano de benefícios PBPA, administrado pela OABPrev-PR, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2010, resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo da Conta Participante, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela Data A Contabilidade referente à data base 31/12/2010.

6.2 Rentabilidade do Plano

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda, sendo a taxa de juros adotada como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial (Benchmark) como ferramenta para mensurar e comparar sua rentabilidade.

A taxa de juros estimada como rentabilidade real é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme formulação demonstrada em Nota Técnica Atuarial aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A partir do histórico das rentabilidades auferidas pelos recursos garantidores do plano PBPA, de acordo com a variação da cota, no período que compreende os meses de novembro de 2006 a dezembro de 2010, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 50,86%. O Índice de Referência acumulado montou em 56,87%.

Analisando apenas o ano de 2010, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 8,76% enquanto que o Índice de Referência montou em 11,79%.

No ano de 2010 se observou no Brasil uma seqüência de sucessivas elevações da taxa básica de juros – SELIC, pelo Banco Central do Brasil – BACEN. No início do ano de 2010, a referida taxa era de 8,75% a.a. sendo que atualmente atingiu o patamar de 11,25% a.a.

Segundo o Relatório Focus publicado em 21/01/2011, a expectativa de mercado para o índice de inflação do IPCA para os 12 meses seguintes é de 5,49% a.a. Por sua vez, a expectativa de mercado para a Taxa Básica de Juros – SELIC é de 12,25% a.a. Portanto, o que se pode esperar dos rendimentos de fundos de investimentos e títulos que estejam atrelados à taxa básica de juros no ano de 2010 é uma rentabilidade real acima de 5,00% a.a.

Por fim, sugere-se que as simulações desenvolvidas para se projetar os benefícios futuros dos participantes, em função de suas contribuições, não consideram taxa de juros real acima do patamar de 8,00% a.a., sendo importante também a demonstração de diferentes cenários aos mesmos, de forma que estes tenham a ciência que seus benefícios futuros dependem, em grande parte, da rentabilidade auferida pelos recursos do Plano.

6.3. Programa Administrativo

Foi realizado também um estudo com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo da Entidade com relação ao Plano de Benefícios PBPA. Para isso foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de novembro de 2006 a dezembro de 2010.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 42.061,44, e uma receita administrativa média de R\$ 42.740,73 alcançada pela aplicação das taxas de carregamento sobre as Contribuições Básicas e Eventuais, bem como pela receita oriunda da rentabilidade do Fundo Administrativo e pelo pró-labore advindo dos benefícios de risco cobertos pela seguradora contratada.

Observando o último exercício, a receita média foi superior à despesa média em R\$ 5.873,12. Verificou-se também que houve um aumento de 31,35% sobre o montante do Fundo Administrativo no último ano. Tal Fundo, em 31/12/2010, monta em R\$ 295.312,11, enquanto que em 31/12/2009 era equivalente a R\$ 224.834,71. Verificando-se o montante do mesmo, bem como o fluxo de receitas e despesas administrativas da entidade, observa-se que programa administrativo se encontra atualmente em um patamar de plena sustentabilidade.

Os participantes do plano PBPA pagam a título de taxa de carregamento o percentual de 3% sobre a contribuição básica, sendo mantido este percentual para o exercício de 2011, conforme Orçamento do Programa Administrativo e Programa Previdenciário aprovado em 09/12/2010. Conforme dispõe o regulamento do plano, em seu artigo 65, “o percentual correspondente à taxa de custeio administrativo será reduzido em 50% quando incidente sobre a Contribuição Eventual não periódica”. O plano de custeio para 2011 prevê também a aplicação da taxa de carregamento de 0,72% a ser aplicado sobre os benefícios mensais de assistidos e pensionistas.

6.4 Considerações Finais

Considerando o exposto no presente relatório se conclui que o **Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA** encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo, entretanto, observar as indicações e os resultados apurados nesta avaliação atuarial.

Florianópolis, 04 de março de 2011.

Rafael Porto de Almeida

Atuário MIBA nº 1.738
Data A Consultoria S/S Ltda

Karen Tressino

Atuária MIBA nº 1.123
Data A Consultoria S/S Ltda

GESTÃO FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS APROVADA PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA 2010 A 2012		
COMPOSIÇÃO E LIMITES DOS SEGMENTOS	MIN (%)	MAX (%)
SEGMENTO DE RENDA FIXA	60	100
■ Cotas de Fundos de Investimentos abertos enquadrados na Res. CMN 3792/09	60	100
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	0	30
■ Cotas de Fundos de Investimentos abertos enquadrados na Res. CMN 3792/09	0	30
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		
■ Fundos de Investimentos Multimercados enquadrados na Res. CVM 409	0	10

RENTABILIDADE

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda, sendo a taxa de juros adotada como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência (Benchmark) como ferramenta para mensurar e comparar sua rentabilidade.

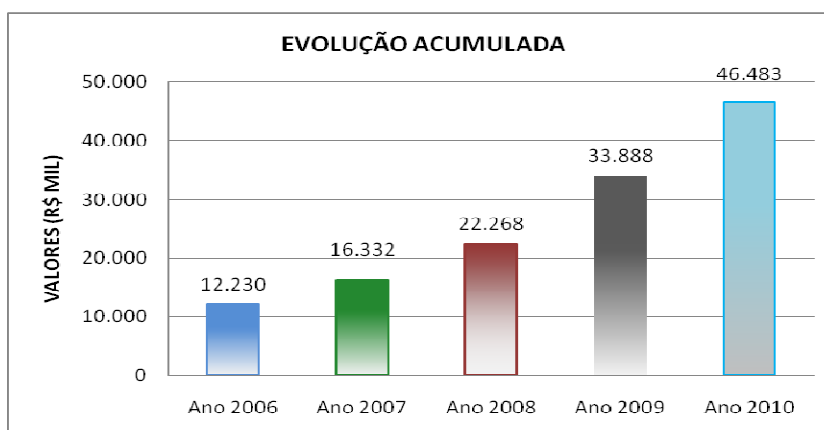
No decorrer do ano de 2010, observou-se uma rentabilidade nominal líquida dos recursos garantidores do plano de 8,76%, ante 11,79% correspondentes ao referido índice.

Por decisão da diretoria executiva da OABPrev-PR, 100% da rentabilidade auferida pelos investimentos é transferida para os participantes, desta forma, as contas individuais dos participantes renderam 8,76% em 2010, uma rentabilidade satisfatória, considerando a baixa exposição ao risco.

RENTABILIDADE		
ÍNDICES COMPARATIVOS	PERÍODO	
	12M	24M
CDI	9,74%	20,60%
INPC+5%	11,47%	20,84%
POUPANÇA	6,90%	14,30%
IBOVESPA	1,04%	84,56%
OABPrev-PR	8,76%	27,82%

Patrimônio

O Patrimônio da OABPrev-PR aumentou 37,16% em 2010 em comparação ao ano de 2009, atingindo o valor de R\$ 46.483 milhões, sendo R\$ 10.510 milhões de contribuições, aportes e portabilidades e R\$ 3.333 milhões de rentabilidade.



Política de investimentos

A Política de Investimentos tem por finalidade definir as alocações dos recursos financeiros do PBPA, com base nos cenários da economia, visando maximizar os resultados dos investimentos e de acordo com a Resolução CMN nº 3.792/09 que disciplina e estabelece os limites de investimentos para os fundos de pensão.

Na reunião de dezembro, o Conselho Deliberativo aprovou a revisão da Política de Investimentos da Entidade para o exercício de 2011, conforme demonstrativo a seguir:

PERÍODO DE REFERÊNCIA 2010 A 2012		
COMPOSIÇÃO E LIMITES DOS SEGMENTOS	MIN (%)	MAX (%)
SEGMENTO DE RENDA FIXA	60	100
■ Cotas de Fundos de Investimentos abertos enquadrados na Res. CMN 3792/09	60	100
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	0	30
■ Cotas de Fundos de Investimentos abertos enquadrados na Res. CMN 3792/09	0	30
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		
■ Fundos de Investimentos Multimercados enquadrados na Res. CVM 409	0	10

Informações Referentes ao Demonstrativo de Investimentos

Plano de Benefícios: 2006005065 – PBPA – Mês 12/2010

Consolidação Contábil	Valor em \$1000
Total Demonstrativo de Investimentos	46.345
Carteira Própria – Depósitos	458
Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1º Nível) – Total	45.887
Renda Fixa – 85,62%	39.288
Renda Variável – 14,38%	6.599

Os recursos garantidores estão aplicados no Fundo Exclusivo SULAMERICA OABPREV FIC - CNPJ 08.648.690/0001-00.

Custos de Gestão dos Investimentos

CUSTOS DE ADM. FIC OAB	ACUM. 2010
Taxa de Administração	R\$ 37.430,70
Taxa de Custódia	R\$ 8.958,15
Taxa CVM	R\$ 3.600,00
Taxa ANBID	R\$ 1.303,20
Cetip	R\$ 6.765,21
Demais Custos	R\$ 301,47
Total Acumulado Ano	R\$ 58.358,73

Execução Orçamentária

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2010		
Itens	Previsto	Realizado
Quadro Social	5.968	6.224
Receita Contribuição	7.596.607,00	7.700.754,00
Receita Aporte	480.000,00	1.531.804,00
Receita Portabilidade	420.000,00	624.053,00
Receita Administrativa	242.256,00	314.918,00
Receita Pró-labore	402.362,00	377.946,00
Receita Operacional Acumulada	644.618,00	692.864,00
Despesas Administrativas	605.948,00	647.487,00
Fundo Administrativo	278.484,00	295.312,00
Fundo Previdenciário	45.196.025,00	45.887.386,00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL REALIZÁVEL	458		EXIGÍVEL OPERACIONAL	872	
Gestão Previdencial	121		Gestão Previdencial	814	
Gestão Administrativa	2		Gestão Administrativa	58	
Investimentos	45.887		PATRIMÔNIO SOCIAL	45.611	
Fundos de Investimento			Patrimônio de Cobertura do Plano	45.316	
PERMANENTE	15		Provisões Matemáticas	45.316	
Imobilizado	15		Benefícios Concedidos	2.892	
			Benefícios a Conceder	45.424	
			Fundos	295	
			Fundos Administrativos	295	
TOTAL DO ATIVO	46.483		TOTAL DO PASSIVO	46.483	

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (Consolidado)

DESCRIÇÃO				R\$ mil
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	33.039		
	1. Adições	14.561		
(+)	Contribuições Previdenciais	10.510		
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.333		
(+)	Receitas Administrativas	693		
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	25		
	2. Destinações	-1.988		
(-)	Benefícios	-1.342		
(-)	Despesas Administrativas	-647		
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.573		
(+/-)	Provisões Matemáticas	12.502		
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	45.611		
	C) Fundos não Previdenciais	295		
(+/-)	Fundos Administrativos	295		

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS - DMAL - POR PLANO DE BENEFÍCIOS (2006005065-PBPA)

DESCRIÇÃO				R\$ mil
		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	32.814		
	1. Adições	14.158		
(+)	Contribuições	10.824		
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.334		
	2. Destinações	-1.656		
(-)	Benefícios	-1.341		
(-)	Custeio Administrativo	-315		
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.502		
(+/-)	Provisões Matemáticas	-12.502		
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	45.316		
	C) Fundos não Previdenciais	295		
(+/-)	Fundos Administrativos	295		

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (2006005065-PBPA)

DESCRIÇÃO				R\$ mil
		Exercício atual	Exercício Anterior	Variação %
	1. Ativos	46.426		
	Disponível	452		
	Recebível	416		

Investimento	45.557		
Fundos de Investimento	45.557		
2. Obrigações	814		
Operacional	814		
Total dos Ativos Líquidos (1-2)	45.611		
3. Patrimônio Social	45.611		
Provisões Matemáticas	45.316		
Fundos Administrativos	295		
Total do Patrimônio Social	45.611		

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	225		
1. Custeio da Gestão Administrativa	718		
1.1. Receitas	718		
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	315		
Resultado Positivo dos Investimentos	25		
Outras Receitas	378		
2. Despesas Administrativas	-648		
2.1. Administração Previdencial	-648		
Pessoal e Encargos	-294		
Treinamentos/congressos e seminários	-9		
Viagens e estadias	-15		
Serviços de terceiros	-191		
Despesas gerais	-134		
Depreciações e Amortizações	-4		
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	70		
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	70		
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	295		

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (2006005065-PBPA)

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	45.316		
1. Provisões Matemáticas	45.316		
1.1. Benefícios Concedidos	2.892		
Contribuição Definida	2.892		
1.2. Benefício a Conceder	42.424		
Contribuição Definida	42.424		
Saldo de contas - parcela participantes	42,424		

Maurício de Paula Soares Guimarães
Diretor Presidente

João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046/O-2
CPF 495.578.319-87

PARECERES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados no Brasil Seção do Paraná e da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná - OABPrev-PR Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados no Brasil Seção do Paraná e da Caixa de Assistência dos Advogados do

Paraná - OABPrev-PR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e a respectivas demonstrações das mutações do ativo líquido, das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2010, as mutações de seu ativo líquido e seu plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC.

Curitiba, 22 de março de 2010.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

Gilberto de Souza Schilichta
Diretor
CRC 1PR035508/O-5
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da OABPrev-PR, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado os documentos, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2010 e de acordo com o Relatório e Parecer da BDO-Audidores Independentes, são de opinião que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba-Pr, 24 de março de 2011

JOSÉ RICARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Presidente

JOANILDA BRAGA DE SOUZA
Membro

RAFAEL LAYNES BASSIL
Membro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da OABPrev-PR, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis, o Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA, o Parecer Atuarial elaborado pela DATA A, o Relatório e o Parecer da BDO – Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2010, de acordo com o Parecer dos Auditores Independentes, aprovam as contas da OABPrev-PR do exercício de 2010.

Curitiba-Pr, 07 de abril de 2011.

ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA
Presidente

SIDNEI APARECIDO CARDOSO
Membro

IURI FERRARI COCICOV
Membro

NATANIEL RICCI
Membro

JOSE MANUEL JUSTO SILVA
Membro

REGIS MARCELINO CASTAMANN
Membro

MAURO BORGES RIBEIRO
Membro

EDUARDO VENTURA MEDEIROS
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Maurício de Paula Soares Guimarães

Diretor Financeiro

Brasílio Vicente de Castro Neto

Diretor Administrativo

Wellington Silveira

Diretora Adjunta

Majoly Aline dos Anjos Hardy

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aramis de Souza Silveira

Titulares

Carlos Alberto de Sotti Lopes

Sidnei Aparecido Cardoso

Caetano Branco Pimpão de Almeida

Eduardo Ventura Medeiros

Jose Manuel Justo Silva

Mauro Ribeiro Borges

Jocelaine Moraes de Souza

Suplentes

Melissa Folmann

Nataniel Ricci

Marco Aurélio Schlichta

Regis Marcelino Castamann

Iuri Ferrari Cocicov

José Devanir Fritola

Francisco Cunha Souza Filho

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Ricardo Cavalcanti de Albuquerque

Titulares

Joanilda Braga de Souza

Fabio Reiman

Suplentes

Osni Carlos Fanini

Rafael Laynes Bassil

COLABORADORES

Gerente Executivo

Felipe José Vidigal dos Santos

Assistentes Administrativos

Ana Waléria Sypniewski

Eunice Santos Anunciação

Fabio Nogueira

Giselle Ferreira de Carvalho

Ira Maria Rey

José Luiz Aliberte

Marcos Jansson